



Número: **0600748-83.2020.6.16.0080**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Rogério de Assis**

Última distribuição : **26/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600748-83.2020.6.16.0080**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Confeção, Utilização ou Distribuição de Brinde**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600748-83.2020.6.16.0080 que julgou improcedente a representação em face de Kelly Regina da Silva. (Representação Eleitoral proposta pelo Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro - MDB de Ibiporã/PR em face de Kelly Regina da Silva, alegando, em síntese, que a representada autorizou a confecção, utilização e distribuição de camisetas personalizadas com os dizeres "Kelly Dentista" na parte da frente, seguido logo abaixo com o seu slogan da campanha "Por uma Ibiporã Melhor", em desacordo com o art. 39, §6º da Lei n. 9.504/97 e ao permitir que sua equipe de apoio utilizasse camisetas uniformizadas em espaços público, sendo que há vedação expressa da lei de eleições neste sentido. Ao final, pugnou pela procedência da representação, a fim de aplicar a penalidade de multa à candidata representada, bem como para que se abstivesse de autorizar a confecção, utilização e distribuição de camisetas em campanha eleitoral). RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado
Movimento Democrático Brasileiro - MDB (Diretório Municipal de Ibiporã/PR) (RECORRENTE)		JORDAN ROGATTE DE MOURA (ADVOGADO)
ELEICAO 2020 KELLY REGINA DA SILVA VEREADOR (RECORRIDO)		ROMULO AUGUSTO FERNANDES MARTINS (ADVOGADO) RICARDO JOSE DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
KELLY REGINA DA SILVA (RECORRIDO)		ROMULO AUGUSTO FERNANDES MARTINS (ADVOGADO) RICARDO JOSE DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)		

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22902966	17/12/2020 11:01	Despacho	Despacho



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RECURSO ELEITORAL (11548): 0600748-83.2020.6.16.0080

RECORRENTE: MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE IBIPORÃ/PR)

Advogado do(a) RECORRENTE: JORDAN ROGATTE DE MOURA - PR0056656

RECORRIDO: ELEICAO 2020 KELLY REGINA DA SILVA VEREADOR, KELLY REGINA DA SILVA

Advogados do(a) RECORRIDO: ROMULO AUGUSTO FERNANDES MARTINS - PR0035094, RICARDO JOSE DE OLIVEIRA - PR0006549

Advogados do(a) RECORRIDO: ROMULO AUGUSTO FERNANDES MARTINS - PR0035094, RICARDO JOSE DE OLIVEIRA - PR0006549

Relator: ROGERIO DE ASSIS

RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto por MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – MDB em face da sentença proferida pelo Juízo da 80ª Zona Eleitoral de Ibiporã/PR, que julgou improcedente o pedido, deixando de reconhecer como irregular a propaganda em tela.

A Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo não conhecimento do recurso, em razão da perda superveniente do interesse recursal, ante a ocorrência das eleições em 15 de novembro de 2020 (ID 21953616).

Devidamente intimado, o Recorrente deixou transcorrer o prazo sem manifestação acerca de eventual não conhecimento do recurso (ID 22870566).

É o relatório necessário.

Decido.



O objeto da presente representação se refere à produção de 15 camisetas personalizadas, em ofensa ao art. 39, § 6º, da Lei nº 9.504/97, para o qual não há cominação de multa eleitoral.

Dessa forma, como o objeto do recurso se refere à propaganda para a eleição já ocorrida em 15 de novembro de 2020, sem previsão legal para aplicação de multa eleitoral, inexistente interesse recursal na continuidade da Representação.

Ademais, anoto que não há notícias de descumprimento de liminar nos autos, bem como o Partido ora Recorrente não se manifestou contrário à perda superveniente do objeto recursal.

Assim, com esteio no art. 31, inciso II do Regimento Interno do TRE/PR^[1] c/c art. 493 e 932, inciso III, ambos do Código de Processo Civil, **NÃO CONHEÇO** do recurso interposto pelo MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – MDB, ante a perda superveniente do interesse recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Autorizo a Sra. Secretária Judiciária a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

ROGÉRIO DE ASSIS

Relator

^[1] Art. 31. O Relator poderá, monocraticamente: [...]

II - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

